

CONQUISTAS E AVANÇOS DA COMUNIDADE SURDA NO DECORRER DE SUA HISTÓRIA

Sara dos Santos Moreira¹
Maria Cláudia Soares Gomes Barbosa²

RESUMO: O presente artigo, aborda as conquistas e desafios da comunidade surda, destacando a discriminação histórica e a importância da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na comunicação e educação, o que representou um significativo avanço, mas que precisa ser ampliada. A falta de audição compromete o desenvolvimento social e educacional, agravada pela desinformação de pais e educadores. Dentro de uma pesquisa bibliográfica embasada em autores e leis que tratam da educação inclusiva, o presente artigo vem mostrar que a exclusão dos surdos começa ainda na infância, e o atendimento em espaços públicos apresentam grandes barreiras de comunicação, e para garantir a inclusão, é preciso que as empresas e a sociedade se adaptem e promovam a acessibilidade em todos os espaços.

Palavras-chaves: Comunidade Surda. Conquistas Históricas. Educação Inclusiva.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa as conquistas e avanços da comunidade surda ao longo da história, com base em diversas leituras sobre o assunto. Nos primórdios havia pouca compreensão sobre a surdez e estes indivíduos deficientes eram segregados e desprezados na sociedade. Seguindo esse foco, esse artigo tem a intenção de investigar a evolução dos surdos e compreender os principais aspectos de suas conquistas e avanços ao longo do tempo.

O interesse pelo assunto surgiu ao depararmos com a Língua Brasileira de Sinais que possibilitou uma via de comunicação e proporciona um grande avanço na educação dos surdos, mas ainda precisa ser divulgada entre alunos, professores e familiares. Daí então, a necessidade de aprofundar tais conhecimentos, a fim de informar os avanços e melhorias conquistadas pela comunidade surda no decorrer da história.

Com isso, é possível compreender que audição é o sentido mais refinado que possuímos, através dela desenvolvemos nossa linguagem e nos comunicamos com os outros, sua ausência faz com que infelizmente a sociedade acabe discriminando e os deixando de lado, assim

¹Formada em Pedagogia, com especialização em Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado, Mestre em Ciências da Educação pela Universidade Grand Assunção - UNIGRAN, Professora de AEE no Núcleo de Atendimento Pedagógico Especializado (NAPE) em Caucaia - CE.

²Doutora em Educação e Mestre em Educação pela Universidad Interamericana. Professora, concursada no município de São Gonçalo do Amarante - Ceará. Orientadora, organizadora e co-autora do livro: Caminhos da Prática Educativa, Caminhar, (2019) e Escola de Tempo Integral- Caminhar (2023).

compreendemos o quanto a deficiência auditiva causa danos no desenvolvimento do indivíduo, dificultando a participação na sociedade. A desinformação entre pais e educadores tem deixado muitos surdos à margem das salas de aula, do mercado de trabalho e do bom convívio familiar e social.

Diante disso, é possível observar que a dificuldade do(a) surdo(a) vem desde seu nascimento. Muitas famílias não tem condições de oferecer uma educação adequada e o atendimento em estabelecimentos comerciais é precário. Isso resulta em situações em que é difícil encontrar pessoas que compreendam as necessidades de quem é surdo.

Essa pesquisa foi realizada com base em uma revisão bibliográfica, no qual destacaram autores como: Bernardo (2015), Damázio (2005), Strobel (2013), Ribeiro (2010), Bisol (2010), Goldfeld (1997), Albornoz (1994) entre outros. Além disso, foram consultados a Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9.394/96) e artigos da Constituição Federal (1988) e, ainda, as bases de dados eletrônicos via Internet.

Com isso é possível compreender que a inclusão é um valor social importante que precisa ser trabalhado entre todas as esferas sociais, educacionais e familiares, porém ainda há muito o que fazer para que estes sejam realmente incluídos como deveriam.

I. CONQUISTAS E AVANÇOS DA COMUNIDADE SURDA

4880

I.1. NA EDUCAÇÃO

Os Surdos iniciaram uma trajetória de conquistas e avanços na educação, com Pedro Ponce de León, ele os ensinou a falar, ler, escrever, rezar e conhecer as doutrinas do Cristianismo. Desta forma ele demonstrou a falsidade de todas as crenças, religiosas, filosóficas ou médicas existentes até aquele momento sobre os surdos.

Durante muito tempo, a surdez não foi tratada nem compreendida pela humanidade. A história registra casos em que surdos foram isolados, abandonados, considerados doentes mentais incapazes e até mesmo mortos por pura ignorância. Apesar dos avanços médicos, tecnológicos e sociais, há muito a ser feito para que esses cidadãos tenham igualdade de condições, a começar pela educação.

No Brasil, de acordo com Bernardo (2015), o atendimento a pessoas com deficiência teve início no século XIX e foi marcado por importantes períodos no desenvolvimento de práticas escolares, como o da institucionalização, o da integração e, atualmente, o da inclusão escolar.

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, lançado em 2008, apresenta um direcionamento para os sistemas educacionais visando organizar os serviços e os recursos da Educação Especial de modo complementar ao ensino regular. Assim, essa política recupera o sentido da educação especial contida na Constituição de 1988, que define esta modalidade não como substitutiva da escolarização comum, mas como a oferta do atendimento educacional especializado (AEE) em todas as etapas, em todos os níveis e em todas as modalidades educacionais, com atendimento, preferencialmente, na rede pública de ensino.

Uma escola inclusiva que se adeque ao currículo é baseada no princípio de que todos os alunos podem viver, aprender e participar na escola e na comunidade social. A diversidade é respeitada e torna-se uma característica natural que enriquece as relações humanas e as experiências de aprendizagem.

De acordo com a Constituição Federal e Estadual, a Lei de Diretrizes e Princípios da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), a educação especial para alunos com deficiências deve ser realizada preferencialmente na rede regular de ensino, organizada por turmas de atendimento especial, ofertadas na própria escola ou em centros regionais de apoio. A integração, progressão e sucesso acadêmico de alunos com deficiências em salas de aula regulares é a opção mais eficaz para atender esses alunos. Com base no Art. 3º da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, o Ministério da Educação prestará apoio técnico e financeiro às ações voltadas à oferta do atendimento educacional especializado, tais como: Implantação de salas de recursos multifuncionais; Formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado; Formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação inclusiva.

4881

O Atendimento Educacional Especializado tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras e possibilitem sua plena participação na sociedade e o desenvolvimento de sua aprendizagem. Portanto, as instituições de ensino público devem assegurar aos alunos atendidos nos AEE's e criando medidas para a eliminação de barreiras arquitetônicas, pedagógicas e de comunicação que possam impedir ou dificultar sua plena participação nas atividades escolares, em igualdade de condições com os demais.

Esse serviço deve estar disponível em todas as etapas e modalidades da educação básica, sendo uma oferta obrigatória dos sistemas de ensino. Esse serviço é planejado para apoiar o desenvolvimento dos alunos e deve ser oferecido no contra turno das aulas regulares, seja na

própria escola ou centro especializado. A rede regular de ensino é o ambiente mais adequado para garantir e promover o convívio com colegas da mesma idade e estimular interações que favoreçam o desenvolvimento cognitivo, motor e afetivo dos estudantes. (Brasil, 2008).

Assim, o AEE esse apoio visa complementar e suplementar os serviços educacionais comuns. Dentre as atividades curriculares específicas a serem desenvolvidas pelo AEE, destacam-se o ensino de LIBRAS, o sistema Braille e o uso do Soroban, a comunicação alternativa e o enriquecimento curricular.

No ano de 2007, a Secretaria de Educação Especial – SEESP e a Secretaria de Educação a Distância - SEED e MEC, em uma ação conjunta com a Universidade Federal do Ceará, publicam o documento sobre o Atendimento Educacional Especializado: pessoa com Surdez. O referido documento estabelece que o AEE deve disponibilizar o “ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização”, referente aos alunos surdos, com o oferecimento de ensino da Língua Brasileira de Sinais, como também na Língua Portuguesa, na modalidade escrita, como segunda língua. Quanto à atuação de professores, estes devem ter formação inicial e continuada, com conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área.

No entanto os surdos enfrentam uma série de desafios, a começar pela comunicação. 4882
Esses desafios decorrem das lacunas entre surdos e ouvintes, pois as propostas curriculares nem sempre são pensadas para esse público-alvo, o que coloca os alunos surdos em desvantagem. A insuficiência na formação inicial e continuada dos professores limita o uso eficaz de suas competências, comprometendo a aprendizagem. Vale destacar o quanto é importante a união de culturas no ambiente escolar, essa prática aguça o aprendizado, promove o desenvolvimento e a formação de opinião (Damázio, 2005). Assim, a convivência com diversas pessoas em ambientes diversificados e a troca de conhecimento em ambiente inclusivo, favorecem o crescimento e desenvolvimento de todos os indivíduos.

Diante desses desafios, torna-se evidente a necessidade de práticas educacionais que garantam uma verdadeira inclusão. É nesse contexto que surge o Atendimento Educacional Especializado (AEE), uma iniciativa voltada para suprir as lacunas da comunicação e do aprendizado, oferecendo um atendimento especializado e adaptado às necessidades de cada aluno. Este deve ocorrer no contra turno das aulas regulares, pois o mesmo não se trata de um reforço, trata-se de um atendimento personalizado de acordo com as particularidades de cada aluno, no qual busca complementar o ensino das aulas regulares que também são importantes

para o desenvolvimento e aquisição da aprendizagem. Para os alunos surdos, o AEE pode priorizar o ensino de Libras e o ensino do Português, e assim optar por oferecer a educação bilíngue, no qual ambas as línguas coexistem no ambiente escolar, com a Libras assumindo um papel central.

A proposta bilíngue de educação de surdos preconiza que a primeira língua seria a Libras (Língua Brasileira de Sinais) e a segunda língua seria o Português. Portanto, no AEE, segundo Damázio (2005), são necessários três momentos didáticos e pedagógicos, tais como: o AEE em Libras na Escola Comum; o AEE para o ensino de Libras e o AEE para o ensino de Língua Portuguesa.

O AEE em Libras será ofertado na escola comum, sendo um dos momentos didático-pedagógicos para os alunos com surdez incluídos na escola, com o objetivo de trabalhar a base conceitual dessa língua e o conteúdo curricular estudado na sala de aula regular, isso irá favorecer ao aluno com surdez na compreensão dos conteúdos. Nesse atendimento o professor de AEE em Libras fará a explicação das ideias essenciais dos conteúdos estudados em sala de aula regular. Os professores se utilizam de imagens visuais e quando o conceito é muito abstrato recorrem a outros recursos, como a mímicas, por exemplo. No AEE em Libras os professores também utilizam os recursos didáticos utilizados na sala regular para a compreensão dos conteúdos curriculares.

4883

O AEE para o ensino de Libras representa uma importante estratégia didático-pedagógico para os alunos com surdez incluídos na escola regular. O atendimento começa com um diagnóstico do aluno, realizado pelo professor e/ou instrutor de Libras (preferencialmente surdo), de acordo com o nível de desenvolvimento da Língua de Sinais em que o aluno se encontra. Esse atendimento ocorre diariamente no contraturno das aulas regulares garantindo que as necessidades linguísticas dos alunos sejam atendidas sem interferir nas atividades regulares de sala de aula.

O planejamento do AEE para o ensino de Libras deve ser baseado no diagnóstico do nível de conhecimento que o aluno possui a respeito da Língua de Sinais. O professor e/ou instrutor de Libras organiza todo o trabalho do AEE, respeitando as especificidades linguísticas, priorizando o estudo dos termos científicos a serem introduzidos pelo conteúdo curricular. Para isso, eles procuram os sinais em Libras adequados, investigando em livros e dicionários especializados, internet ou mesmo entrevistando pessoas mais experientes com surdez.

Da mesma forma, o AEE para o ensino de Língua Portuguesa ocorre na sala de recursos multifuncionais também em horário oposto ao da sala comum. O ensino é desenvolvido por um professor, preferencialmente, formado em Língua Portuguesa e que domine os pressupostos linguísticos teóricos que norteiam o trabalho, e que esteja disposto a realizar as mudanças para o ensino do português aos alunos com surdez.

O que se pretende no AEE para o ensino da língua Portuguesa é desenvolver a competência gramatical ou linguística, bem como textual, dos alunos com surdez, para que sejam capazes de gerar sequências linguísticas bem compreensivas.

Tais atividades devem fazer parte do Plano de Atendimento Educacional Especializado elaborado pelo professor do AEE na perspectiva de execução e avaliação individual do aluno, contemplando: a identificação das habilidades, potencialidades e necessidades educacionais específicas de cada aluno; a definição e a organização de estratégias, serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidades, o tipo de atendimento conforme as necessidades educacionais específicas, o cronograma do atendimento e a carga horária, individual ou em pequenos grupos (Ribeiro et al., 2010).

1.2. MERCADO DE TRABALHO

4884

Levando em consideração o mercado de trabalho para pessoas surdas, Albornoz (1994) identifica diferentes formas de entender o conceito de trabalho. Uma delas é vê-lo como algo que traz reconhecimento e expressão pessoal, deixando um legado que vai além da vida. Outra forma é enxergá-lo como um esforço rotineiro e repetitivo, característico de atividades realizadas da mesma forma todos os dias, como no caso de trabalhador de fábricas ou agricultores cujas tarefas exigem um esforço constante e previsível.

Nos dias atuais ainda observamos formas tradicionais de trabalho em grupos como nas tribos indígenas e entre agricultores (os trabalhadores rurais). Nesse contexto, o trabalho é transmitido de forma cultural, desde muito cedo os ensinam a seus filhos como trabalhar para a sua sobrevivência. Esse aprendizado contínuo mantém viva a tradição e evita a ociosidade dentro dessas comunidades.

Essa é uma realidade que existe em todos os ambientes sociais: o trabalho é algo que renova a pessoa, proporcionando um sentimento de envolvimento e reconhecimento, além de promover a dignidade. Esse sentimento é ainda mais significativo quando se trata da inclusão social e se estende também a uma pessoa com deficiência. Atualmente, essa inclusão no mercado

de trabalho ocorre principalmente por meio de leis de cotas, que obrigam os empregadores a destinar determinado percentual de suas vagas para candidatos com deficiência, garantindo-lhes oportunidades justas.

Ainda persiste em nossa sociedade a ideia errônea de que uma pessoa com alguma deficiência é incapaz de realizar toda e qualquer tarefa. No entanto, está comprovado que ela é limitada na realização de algumas atividades. Esse pensamento errôneo impede que essas pessoas exerçam uma atividade profissional no mundo do trabalho.

Para ilustrar esse impacto das barreiras enfrentadas por pessoas surdas no mercado de trabalho, podemos citar alguns dados empíricos que reforçam a necessidade de ações inclusivas e esclarecimento tanto para os empregadores quanto para os surdos. Um estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2019, revelou que apenas 28,3% das pessoas com deficiência estavam empregadas, e, dentre elas, as com deficiência auditiva compunham umas das menores parcelas (IBGE, 2019).

Para o Ministério do Trabalho (Brasil, 1998) o problema relativo ao emprego assume contornos complexos que constituem um grande desafio para o Governo Federal e para a sociedade que vive nesse contexto de integração altamente competitiva. A política de Estado com relação ao emprego assenta-se em duas frentes, sendo uma programática e a outra normativa, desdobrando-se em políticas ativas e passivas.

4885

Embora a Lei de Cotas PCD, oficialmente conhecida como Lei de Cotas (artigo 93 da Lei nº 8.213/91), estipule que empresas com pelo menos 100 empregados devem preencher parte de seus cargos com pessoas com deficiência, muitos dessas vagas não são preenchidas.

Desse modo, para ampliar seu conhecimento sobre o mundo do trabalho, é imprescindível que o adolescente surdo, assim como qualquer outro jovem, tenha a oportunidade e vivencie diferentes realidades do universo ocupacional. Entre essas vivências podemos citar visitas às empresas, observação e entrevista com profissionais no próprio ambiente de trabalho e os estágios para realizar uma sondagem de habilidades e interesses profissionais.

Um exemplo prático disso, pode ser visto em um programa de inclusão, desenvolvido pela empresa Natura, que buscou integrar pessoas surdas em suas operações. A empresa investiu em treinamento, contratou intérpretes de Libras e desenvolveu um ambiente de trabalho que favorecesse a comunicação entre os colaboradores surdos e ouvintes. Com isso, o programa aumentou a taxa de retenção de funcionários surdos, melhorou a produtividade e o engajamento

de toda a equipe. Esse caso evidencia que a empresa pode ter resultados positivos tanto para os trabalhadores como para os negócios.

Diante disso, devemos lembrar que temos o Núcleo de Atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência, órgão vinculado ao Sistema Nacional de Emprego – SINE, destina-se às pessoas portadoras de deficiência física, auditiva e visual, com o objetivo de favorecer o acesso destes no mundo do trabalho. O SINE destina-se a atender aos deficientes físicos, auditivos, visuais, junto às escolas especializadas, associações representativas das categorias e demais entidades ligadas ao deficiente.

De acordo com informação do SINE, observa-se que pessoas com deficiência física tem mais facilidade para ingressar no mercado de trabalho, em parte porque possuem maior acesso a escolaridade e muitos chegam ao ensino superior. No entanto, os surdos enfrentam mais dificuldades ao procurar empregos, por várias razões, como a falta de escolaridade adequada e limitações na comunicação. Além disso, o treinamento de pessoas com deficiência auditiva precisa demandar um maior tempo para ser treinado, e muitos empregadores ainda têm dificuldades em acreditar na capacidade dos surdos.

Outro obstáculo é que nem todas as empresas têm ocupação compatível com o deficiente auditivo. A baixa procura de surdos pelos serviços de cadastro também refletem o impacto da superproteção da família, já que muitas, quando tem um deficiente em seu meio, resolve aposentá-lo por invalidez, como meio de garantir um salário. 4886

A falta de escolaridade e as barreiras de comunicação são grandes obstáculos que limitam as oportunidades de emprego para os surdos. Além disso, a falta de confiança dos empregadores em relação a capacidade, também contribui para essa dificuldade. Nesse sentido é fundamental que o surdo tenha uma escolaridade compatível com as exigências do mercado de trabalho e receba uma qualificação adequada às suas possibilidades, respeitando suas limitações. Ao mesmo tempo, os empregadores precisam ser devidamente esclarecidos para que possam entender o valor dessa mão de obra e absorvê-la de forma eficaz no ambiente profissional.

1.3. INTEGRAÇÃO SOCIAL

Em relação a inclusão social dos surdos, é preciso ter em mente que eles se constituem de uma categoria social construída de desvios. As regras e valores sociais, dos quais muitas vezes são inconscientes, criam representações ou tipificações que guiam não só a maneira de atuar no mundo, mas também a maneira de como se percebe e age em relação as outras pessoas.

Essas regras e valores sociais são, portanto, interiorizados por um processo de significados cognitivos e afetivos, que, por sua vez, estabelecem rotinas, ou padrões de comportamento. Esses padrões são generalizados e garantem uma sensação de previsibilidade no mundo.

No entanto, quando deparamos com pessoas cujas características ou comportamentos não se enquadram com os padrões de normalidade, isso provoca um estranhamento ou um espanto que quebra a previsibilidade e a integração social. A partir desse momento, as reações usuais já não são adequadas, e surgem dúvidas sobre como se comportar, em relação a eles, criando um sentimento de desconforto e incerteza.

A sociedade deve promover acessibilidade no espaço urbano, nas identificações, no transporte coletivo, nos meios de comunicação, nas atividades culturais, de lazer e no mercado de trabalho. Nessa sociedade, o cidadão deverá encontrar condições que lhe permitam a utilização dos espaços e a convivência com os indivíduos, com autonomia e segurança.

De acordo com Ferreira (1993), a sociedade deve ser responsável para estabelecer as normas de segurança e a estruturação da sociedade para evitar que os indivíduos sofram as consequências de suas ações. Ele condena esse modelo social para exigir a dignidade e a formação da cidadania da pessoa com deficiência. Mostra que a sociedade tem sua parcela de responsabilidade no processo de exclusão a que esse segmento tem sido submetido. Esse modelo de exclusão impede o desenvolvimento do potencial existente em cada ser humano e dificulta a construção de uma vida autônoma e independente.

4887

Assim, numa sociedade alicerçada sobre um modelo social que exclui, será possível, para a pessoa com deficiência, posicionar-se de forma diferenciada, distante da identidade de inválido, incapaz e coitadinho, para, a partir desse comportamento, poder extrair como retorno da sociedade um olhar comum, simples ou igual, acerca das questões que envolvem a deficiência, bem como frente à pessoa deficiente. Isso sem ignorar a deficiência, porém, isento de opiniões e atos que denotam piedade e/ou heroísmo.

No entanto, é necessário um trabalho de conscientização popular que envolva todas as pessoas da sociedade, mas, sobretudo, as pessoas deficientes e suas famílias, gestores públicos e as políticas públicas. Nesse processo, promover a inclusão de todos tem o propósito de construir uma sociedade em que todos tenham acesso à educação, ao trabalho, ao lazer, à religião, ao transporte e a outros bens culturais e materiais. Só assim poderemos pensar na construção de uma sociedade inclusiva. O educando surdo não é um educando comum, igual a maioria

considerada normal. No entanto, é um educando com potencial intelectual que depende da participação abnegada, idealista e humanitária de seus semelhantes porque lhe falta a mais importante, a via de transmissão de estimulação mental que é a audição e, conseqüentemente, falta-lhes um meio de comunicação com os ouvintes.

As pessoas precisam de comunicação social e a linguagem é o principal meio de compreensão através dos gestos e também da própria fala. A linguagem é vista como tudo o que contém um significado que tem valor semiótico, e não se limita a uma forma de comunicação, mas constitui nela o pensamento de um indivíduo (Goldfeld, 1997).

O referido autor nesta passagem acima descrita, enfatiza que o homem possui um arsenal ilimitado de formas pelas quais pode se comunicar de diversas maneiras. A família é o primeiro e mais próximo grupo social com o qual a criança tem relações pessoais mais íntimas e, em muitos casos, o único para pessoas com deficiência.

1.5. IMPORTÂNCIA DOS PAIS NO DESENVOLVIMENTO DOS FILHOS SURDOS

O nascimento de uma criança surda traz a necessidade da família lidar com uma nova realidade, antes não esperada. A comprovação da surdez em uma criança muitas vezes causa grandes dificuldades para as famílias, principalmente no que diz respeito às dificuldades de comunicação. Com o diagnóstico da surdez, os pais geralmente ficam chocados e deprimidos, fechando-se para o mundo e para a criança, pois vê nela o sonho desfeito, a fonte de suas frustrações (Strobel, 2013).

O diagnóstico da surdez pode ser um processo longo, tanto pela dificuldade em determiná-lo, quanto pelo tempo de que os pais necessitam para assimilar suas frustrações e aceitar a criança de uma maneira diferente do imaginado. Ter um filho surdo é, portanto, uma experiência única para os pais que, ao ouvirem falar da surdez, enfrentam diversas reações descritas por alguns autores até conseguirem aceitar a perda de um filho supostamente perfeito.

Nem sempre a família é orientada sobre o que significa ter um filho surdo e muito menos sobre essa nova cultura. Não é fácil para esses pais se identificarem com essa criança. Existe a dificuldade de aprender uma nova língua, uma nova cultura. Essas famílias precisam ser auxiliadas a compreender a diferença entre eles, mudando assim a maneira de ver e de se relacionar com o filho. Para que essa família tenha uma participação expressiva no desenvolvimento dessa criança, terá que abrir mão de que o único meio de comunicação que existe é o da fala. Precisam conhecer e conviver com outras pessoas surdas (Strobel, 2013).

O papel da família é crucial para o desenvolvimento da criança surda, especialmente no que se refere à adaptação à língua de sinais. A língua é um elemento essencial no desenvolvimento infantil, e para a criança surda, a língua de sinais possibilita a formação de conceitos e a interação social, fundamentais para seu crescimento. Os pais, ao aceitar e adotar essa nova forma de comunicação, podem facilitar a interação da criança à comunidade surda quanto pela necessidade de assimilação emocional.

Goldfeld (1997) ressalta que, no decorrer do desenvolvimento infantil, a criança passa por diversas mudanças, e a língua é um dos principais instrumentos que permeiam esse processo. Para a criança surda, portanto, esse processo de desenvolvimento pode ficar fragmentado, pois ela não poderá aprender a língua oral de forma espontânea, como a criança ouvinte. Nesse sentido, a aquisição da língua de sinais vai permitir à criança surda, mediante suas relações sociais, o acesso aos conceitos de sua comunidade, os quais passará a utilizar como seus, formando assim uma maneira de pensar, agir e ver o mundo característico da cultura de sua comunidade.

A participação ativa da família, aprendendo e utilizando a língua de sinais, não só facilita o desenvolvimento cognitivo e social da criança, mas também fortalece os laços familiares. Esse processo, embora desafiador, é essencial para a criação de um ambiente saudável e acolhedor onde a criança surda possa crescer com apoio e compreensão.

4889

Portanto, a necessidade principal dos familiares de um surdo é aceitar a mudança de hábitos, procurando se adaptar aos novos acontecimentos, acompanhar o progresso da criança e seu desenvolvimento social e educacional. Devem saber lidar com as diferenças, aceitando os desafios que vierem. A participação da família na comunicação do surdo, por meio dos sinais, possibilitará a esse indivíduo a interação com o mundo e tornará o convívio mais agradável e feliz (Bisol, 2010).

Assim, para uma boa aliança familiar, a participação efetiva por parte dos pais é essencial, pois o apoio da família estabelece a base para a vida social da criança surda, para o entendimento das coisas e a compreensão de suas diferenças. Os pais desempenham o papel de responsáveis pela sintonia estabelecida com a criança e também por facilitar as trocas comunicativas. Diante das formas de lidar com a surdez e mais do que seguir regras, o que importa é o amor e a dedicação dos pais em promover a inclusão e bem-estar da crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No trabalho realizado, consideramos que os objetivos foram alcançados. Analisamos e investigamos o desenvolvimento educacional dos surdos, numa perspectiva histórica. Encontramos nos documentos, as informações sobre a surdez e a conseqüente mudez confundidas com inferioridade de inteligência. A ausência da linguagem influiu profundamente no desenvolvimento psicossocial do indivíduo, felizmente o surdo pode aprender a se comunicar utilizando a língua dos sinais ou a própria língua falada.

Os surdos e suas comunidades, assim como os povos dominados, foram proibidos de utilizar suas línguas, de contarem suas piadas, de dividirem suas ideias. A história apontou que a proibição trouxe mais dificuldades para os surdos, sobretudo na escolarização. Na perspectiva histórica, verificamos que o desenvolvimento educacional dos surdos acumulou marcas profundas para aqueles que sobreviveram na época do desprezo. No entanto, felizmente hoje, há uma variedade de recursos para os surdos, temos telefones adaptados, aparelhos auditivos, implantes cocleares, escolas regulares com atendimento educacional especializado, profissionais especializados e vagas em concursos. O mundo de trabalho abriu as portas para pessoas surdas, graças aos movimentos de minorias que lutaram e continuam a lutar pelos direitos de participação com a comunidade ouvinte.

4890

Essas melhorias, que ainda é considerada pequena, a tendência é ampliar as possibilidades, apesar dos recursos serem poucos, mas temos que lutar pela inclusão social. Sabemos que a criança surda possui uma reduzida capacidade de interagir, por isso exige um atendimento especial para desenvolver suas capacidades, dentro da diversidade cultural.

Respaldados pelos novos paradigmas inclusivos, as pessoas com surdez têm conquistado atualmente direitos fundamentais que promovem a sua inclusão social. Mesmo assim, essas pessoas enfrentam inúmeros entraves para frequentar os bancos escolares, decorrentes da perda da audição e da forma como se estrutura as propostas educacionais das escolas. Muitos alunos com surdez podem ser prejudicados pela falta de estímulos adequados ao seu potencial cognitivo, sócio afetivo, linguístico e político-cultural e ter perdas consideráveis no desenvolvimento da aprendizagem.

A inclusão do aluno com surdez deve acontecer desde a educação infantil até a educação superior, garantindo-lhe, desde cedo, utilizar os recursos de que necessita para superar as barreiras no processo educacional e usufruir seus direitos escolares, exercendo sua cidadania, de acordo com os princípios constitucionais do nosso país.

Apesar da política de inclusão existente atualmente, ainda falta um aparato para receber todos igualmente, por isso as pessoas que trabalham com crianças com necessidades especiais reivindicam as condições para o atendimento educacional desse público. Nos dias atuais, a sociedade, frente à nova ordem mundial, se organiza por valores econômicos que impõem os padrões culturais aos grupos de forma coletiva e individual, moldando as personalidades.

A inclusão é um valor social, mas é um desafio na educação escolar que exige uma formação inicial e continuada de professores/as que atuam em salas de aula repletas de diferentes sujeitos. É preciso viabilizar um trabalho em conjunto com pessoas comprometidas para lidar com diferentes tipos de deficiência que aparecem no espaço escolar. Enfim, precisamos de uma interação dinâmica entre educadores, pais, membros da comunidade e alunos para desenvolver e manter ambientes e oportunidades que serão orientados pelo tipo de sociedade na qual se quer viver.

O reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão dos surdos brasileiros, os aparelhos auditivos e o atendimento educacional especializado contribuíram para aumentar a frequência na escola regular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

4891

ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

BERNARDO, F. G. A importância do uso do soroban por alunos cegos e com baixa visão no processo de inclusão. **XII Educere – Encontro Nacional de Educação**. Pontifícia Universidade Católica, Curitiba, 2015. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17122_8076.pdf. Acesso em: 20 nov. 2022.

BISOL, C. A. et al. **Estudantes surdos no ensino superior: reflexões sobre a inclusão**. Cadernos de Pesquisa, v. 40, n. 139, p. 147-172, abr. 2010.

BRASIL. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. **Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Brasília: SEESP, 2007.

BRASIL. **Língua Brasileira de Sinais – Libras**. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Brasília: Senado Federal, 2005.

BRASIL. Governo Federal – Ministério do Trabalho. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Emprego no Brasil: Diagnóstico e Políticas**. Brasília, 1998.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Formação Continuada a Distância de Professores Para O Atendimento Educacional Especializado: Pessoas com Surdez.** SEESP/ SEED/MEC, Brasília/DF, 2005.

FERREIRA, Júlio Romero. **A exclusão da diferença.** Piracicaba: UNIMEP, 1993.

GOLDFELD, Márcia. **A Criança Surda: Linguagem e cognição numa perspectiva sócio interacionista.** São Paulo: Plexus, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pessoa com deficiência no mercado de trabalho. Censo 2019.

NATURA. Programa de inclusão de pessoas surdas. Disponível em: https://www.institutonatura.org/relatorioanual2019/Politica-de-Diversidade_Instituto_Natura_2019.pdf Acesso: 12 out. 2024.

RIBEIRO, Maria Luisa Sprovieri [et al.] In **Educação especial: do querer ao fazer.** Organizadoras Maria Luiza Sprovieri Ribeiro, Roseli Cecília Rocha de Carvalho Baumel (Orgs.). São Paulo: Avercamp, 2010

SINE. Dados sobre o emprego de pessoas com deficiência. Relatório anual, 2024.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** Editora Ufsc, Florianópolis, 2013.